

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2 / Organizadoras Denise Pereira, Karen Fernanda Bortoloti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-952-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.520221802>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Bortoloti, Karen Fernanda (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Ao olhar ingênuo a aproximação entre história e política pode parecer tácita, uma vez que é comum dizermos “história política” de um país, por exemplo, todavia não o é. Ao longo do tempo existiram momentos de aproximação, em busca de explicações e apoio, mas também períodos de estranhamento. Alguns pensadores chegaram mesmo a referendar, a partir da História das Ideias, que o pensamento político compunha um mundo à parte, no qual os filósofos debateriam entre si, mesmo distantes no tempo e no espaço.

A distinção entre história, como disciplina e método, e histórico, como característica de processos e práticas que acontecem no tempo e no espaço, não é apenas um recurso para ressaltar extensão da articulação entre história e política. Para além da separação proposta por Weber entre singularidade e generalização, que diferencia analiticamente a causalidade histórica da sociológica, forjou-se um vocabulário que contaminou certos segmentos da ciência política como, por exemplo, tempo, conjuntura, contexto, evento e sequência.

Nos últimos tempos observamos, no Brasil, a aproximação entre História e Política têm recebido uma expressiva revitalização. Observamos, e a obra que temos em mãos é um bom exemplo, um diálogo interdisciplinar mais amplo nos trabalhos específicos da área.

A necessidade deste diálogo para a formação dos pesquisadores das duas áreas e, porque não, para o público em geral, é importante para a compreensão da realidade que nos circunda. Não podemos esquecer que toda a ação política ocorre em um espaço de experiências, construindo e interferindo nas memórias, nas formas de pensar, nas instituições que constituem as comunidades.






Como nos ensinou Hannah Arendt, a política é uma necessidade imperiosa para a vida humana e, ainda maior para a sociedade, sendo, portanto, uma das funções da política garantir a vida dos indivíduos. Como necessidade dos indivíduos, a política interfere na existência e na convivência, cabendo a história elucidar como instituições, partidos, processos eleitorais, já que a nossa democracia é representativa, foram pensados e tornados possíveis em determinadas condições de tempo e espaço.








Assim, é de suma importância que a relação dialogal entre a História e a Política sejam mantidas e aprimoradas de forma prospectiva para a melhor compreensão da sociedade sobre ela mesma, para o entendimento das transformações sócio-históricas, das formas de pensamento.


Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“EMISSÁRIOS E SEUS VERTIGINOSOS PLANOS”: A AÇÃO DE LIBERAIS REPUBLICANOS NA REVOLTA DOS MATUTOS (PERNAMBUCO – 1838)	
Manoel Nunes Cavalcanti Junior	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218021	
CAPÍTULO 2	11
A ARTICULAÇÃO ENTRE CIDADE E SUBJETIVIDADE NA LITERATURA URBANA PÓS-MODERNA	
Felipe Dias Ramos Loureiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218022	
CAPÍTULO 3	25
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE: ESTADO, INTERVENÇÃO LEGISLATIVA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (1928 – 1930)	
Roberto Jorge Chaves Araújo Jean Carlo de Carvalho Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218023	
CAPÍTULO 4	46
A CONCEPÇÃO DA DOCTRINA REFORMISTA DA IGREJA MEDIEVAL A PARTIR DE ARNALDO DE VILANOVA (SÉCULO XIV)	
Nabio Vanutt da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218024	
CAPÍTULO 5	56
A COOPERATIVIZAÇÃO SOB O REGIME DO KHMER VERMELHO (1973-1979)	
Jorge Arbage	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218025	
CAPÍTULO 6	67
ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS NA PRÁTICA DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA ENTRE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	
Fabiano Brito Dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218026	
CAPÍTULO 7	80
CONFISSÕES DA MADONNA: A HISTÓRIA DE UMA VÊNUS FEITA ARTE EM WILLENDORF	
Carlos Velázquez Alessandra C. Alcântara	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218027	


CAPÍTULO 8	93
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AO RECONHECIMENTO JURÍDICO E ACESSO CARTORIAL AO CASAMENTO GAY: CAMINHOS E DESCAMINHOS	
Paulo Sérgio da Silva Ana Paula da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218028	
CAPÍTULO 9	104
ECOS DE MEMÓRIA DE UMA ESCOLA CENTENÁRIA	
Tânia Regina da Rocha Unglaub Cleia Demétrio Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218029	
CAPÍTULO 10	117
HISTÓRIAS SOBRE JOVENS, REPRESSÃO E CONSUMO DE DROGAS NO BRASIL	
Ana Maria Cardachevski	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180210	
CAPÍTULO 11	134
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180211	
CAPÍTULO 12	147
MEMÓRIA E EFEITO DE SENTIDO DA FILIAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE 1934 E 1988	
Flávia David Vieira Edvania Gomes da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180212	
CAPÍTULO 13	167
NO VÁCUO DO TEMPO PRESENTE: O PASSADO DO BRASIL ENTRE NARRATIVAS	
Arthur Henrique Lux Lobo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180213	
CAPÍTULO 14	182
O BANCO MEDICI NA ERA DE COSIMO, O VELHO, COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DO PODER POLÍTICO-ECONÔMICO: A PERSPECTIVA DE MAQUIAVEL E GUICCIARDINI	
Bianca Coradin Benedeti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180214	
CAPÍTULO 15	189
O TRABALHISMO VARGUISTA ENTRE AS TRINCHEIRAS DA OPOSIÇÃO (1943-1945)	
Juliana Martins Alves	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180215>

CAPÍTULO 16.....201

OS PENSAMENTOS POLÍTICOS DE MICHEL FOUCAULT E NORBERTO BOBBIO
ACERCA DA FUNÇÃO SOCIAL DOS INTELLECTUAIS

Rodrigo Davi Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180216>


CAPÍTULO 17.....212

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E AVALIAÇÃO: POLÍTICAS DE ESTADO OU
POLÍTICAS DE GOVERNO?

Rafael Ângelo Bunhi Pinto

Silvana Maria Gabaldo Xavier

Giane Aparecida Sales da Silva Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180217>


CAPÍTULO 18.....226

RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA NA PRESERVAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS:
OS ACERVOS TEATRAIS ALOCADOS NA SALA ANTÔNIO MANOEL DE SOUZA
GUERRA CEDOC/UFSJ

Berilo Luigi Deiró Nosella

Fabiana Siqueira Fontana

Isabela Francisconi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180218>

CAPÍTULO 19.....234

TEKOHA: LUGAR DE MEMÓRIA E VIDA


Raul Claudio Lima Falcão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180219>

CAPÍTULO 20.....247

UMA ANÁLISE SOBRE A (NÃO) PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE
TOMBAMENTO

Priscila Angelo Tarabossi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180220>

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....259

ÍNDICE REMISSIVO.....260

NO VÁCUO DO TEMPO PRESENTE: O PASSADO DO BRASIL ENTRE NARRATIVAS

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 03/01/2022

Arthur Henrique Lux Lobo

Doutorando em História, Universidade Federal do Paraná
Curitiba / PR
<http://lattes.cnpq.br/7233139280974833>

RESUMO: Este capítulo propõe a problematização de discussões conceituais e teóricas acerca das narrativas do passado no tempo presente e seus tensionamentos em relação ao passado histórico. A partir de inferências preliminares acerca de elementos constitutivos do documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”, que é colocado enquanto um discurso revisionista da História, apontaremos características que, ao contrário, lhe realocam enquanto produtor de uma narrativa negacionista. Destacamos como o documentário constrói narrativas que se aproximam, em caráter expositivo e construtivo, das narrativas históricas, trazendo coerência na produção narrativa e imagética, criando um *efeito de realidade e experiência histórica*. Tais observações endossam, nas percepções coletivas acerca do passado, o modelar do movimento aparentemente inédito de um objeto-fenômeno do tempo presente: o movimento recursivo da interpretação e recepção do passado que se desloca da estreita relação de rememoração e existência no tempo-passado em direção a projeção especulativa de um passado

(mítico, idealizado, fabricado ou experienciado) no tempo-futuro. As contradições e problemáticas desse movimento de deslocamento narrativo e interpretativo do/sobre o passado, seja a partir do espectro da História ou de outras narrativas, apontam distintos desafios para o historiador do tempo presente, ao passo que sua inteligibilidade caracteriza a evidência de uma nova forma de conexão dos homens às suas experiências de passado, presente e futuro.

PALAVRAS-CHAVE: História do Tempo Presente, Memória, Filosofia da História.

IN THE VACUUM OF PRESENT TIME: THE BRAZIL'S PAST AMONG NARRATIVES

ABSTRACT: This chapter proposes the realization and problematization of conceptual and theoretical discussions about the narratives of the past in the present time and their tension related to the historical past. Based on preliminary inferences about the constitutive elements of the documentary “1964: Brazil between weapons and books”, which is placed as a revisionist discourse of History, we will point out characteristics that, on the contrary, reallocate it as a producer of a negationist narrative. We highlight how the documentary builds narratives that approach, in an expository and constructive character, the historical narratives, bringing coherence in the narrative and imagery production, creating an effect of reality and historical experience. Such observations endorse, in the collective perceptions about the past, the modeling of the apparently unprecedented movement of an object-phenomenon of the present time: the

recursive movement of the interpretation and reception of the past that moves away from the close relationship of remembrance and existence in the past-time in towards the speculative projection of a past (mythical, idealized, manufactured or experienced) in the future-time. The contradictions and problems of this movement of narrative and interpretative displacement of / about the past, whether from the spectrum of history or other narratives, point to different challenges for the historian of the present time, while its intelligibility characterizes the evidence of a new way of connecting men to their experiences of past, present and future.

KEYWORDS: History of the Present Time, Memory, Philosophy of History.

INTRODUÇÃO

As considerações que hão de vir, ainda que esboçadas em uma dimensão provisória, requerem, mesmo que num momento aparentemente precoce, apresentar as considerações daquilo que Gumbrecht (2015) apresentou nas linhas introdutórias de seu texto “*Na senda de uma hipótese*”: seja qual for a nossa forma de encontro com as coisas-do-mundo, manifestam-se nelas dimensões de presença. Assim como o autor, não negligenciamos a existência de um campo interpretativo das práticas que dão sentido aos objetos, mas destacamos essa outra dimensão que, de uma forma ou outra, denota possibilidades alternativas de experiência e análise. Tal pretensão coaduna com a percepção de que entre as coisas-do-mundo e às experiências interpretativas de sentido – por mais distintas que sejam –, estabelecem-se “marcas”, “orientações” e “experiências” que (re)definem as ações humanas nos distintos contextos históricos. E na “corporeidade dessas coisas-do-mundo” e de suas “presenças no presente”, especialmente no contexto brasileiro atual, parece-nos obrigatório não negligenciar a presença do passado e das narrativas (historiográficas, mnêmicas, monumentais, rememorativas...) que buscam compô-lo e/ou representá-lo.

É notório que nos últimos anos, precisamente em nosso contexto dito cada vez mais globalizado e sem filtros na veiculação de informações, o passado tenha sido alvo dos mais distintos discursos e narrativas. O mais surpreendente, entretanto, parece a desqualificação do discurso historiográfico frente a outras formas ou fontes narrativas sobre o passado, como os orientados pelos espaços públicos e/ou instituições/figuras públicas, assim como os testemunhos mnêmicos. Inaugurações de monumentos, menções honrosas à figuras do passado, discursos revisionistas ou negacionistas... É o reflexo do diagnóstico de Huyssen (2014), que destaca a instrumentalização e uso global das políticas e ações afirmativas da cultura e das políticas da memória.

DESENVOLVIMENTO

Em 02 de abril de 2019 foi publicado na plataforma do *Youtube* o documentário “1964 – O Brasil entre armas e livros”, idealizado e produzido pelo grupo midiático *Brasil Paralelo*. Atuando com a produção de documentários e obras audiovisuais de cunho político, além da venda de (dis)discursos em rede online, a plataforma do Brasil Paralelo funciona desde 2016,

oferecendo diversos estudos em formatos de séries e documentários cinematográficos, possibilitando a aprendizagem de diversos assuntos, como economia, política internacional, entre outros temas. Com quase 7 milhões de visualizações no *Youtube*, a produção de 1964 propõe uma abordagem sobre o regime militar no Brasil, destacando “a verdade a partir dos novos documentos secretos que, agora, se fazem revelados”. Contando com depoimentos, relatos e testemunhos de figuras públicas/populares do Brasil, o documentário conta com mais de duas horas de duração, adotando uma construção narrativa sobre esse passado que, por exemplo, apresenta forte tom conspiratório, ignorando a crueldade e violência militar do período, desqualificando movimentos e condutas de resistência ao regime. É aqui, portanto, que encontramos algumas considerações acerca do tipo de narrativa sobre o passado, e como ela se apresenta para o público, no contexto onde as “presenças” incomodam, mas que também passam a ser “modeladas”, “ressignificadas” nos discursos que as expressam.

Algumas críticas mais gerais acerca do documentário, expressas por canais de informação online no pós-lançamento¹, tenderam a classificar a produção como revisionista, articulando sua análise sob outros prismas, mais contextualizados em relação à época. Entretanto, essa mera caracterização parece superficial, ao passo do jogo narrativo e imagético articulado na produção. O enredo da produção é cercado por orientações que mesclam imagens supostamente históricas, jornais da época, documentos diversos e trilha sonora dramática, utilizando-se desses elementos para construir uma narrativa sobre o passado que assemelha-se à narrativa histórica, trazendo coerência narrativo-imagética na configuração de um aparente efeito de realidade (BUZALAF, 2019).

A simplificação de uma análise revisionista, porém, também limita diversas interpretações da produção de 1964. Buzalaf (2019) aponta para dois elementos constitutivos do documento que, com efeito, visam alterar fatos do passado e manipular suas narrativas:

1. A utilização de imagens de Sebastião Salgado. Quando aparece a primeira imagem do fotógrafo brasileiro, do livro *Terra*, que contém textos de José Saramago e um CD com músicas de Chico Buarque, o locutor anuncia que “Em 1962, já se sabia da existência de pelo menos oito campos de treinamento das Ligas Camponesas. Essa foi a semente que mais tarde seria o MST”. Porém, a imagem é de 1997, mais de dez anos depois da formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). A segunda imagem de Sebastião Salgado menciona a Guerrilha do Araguaia (1967-1974) ao exibir uma foto feita em 1986, no garimpo de Serra Pelada, configurando o abuso de imagens para ilustrar uma narrativa coerente, porém historicamente manipuladas.
2. A localização de Antonio Gramsci na historiografia. O título do filme faz referência ao fato de que, segundo a narrativa construída, a esquerda teria deixado de lado as armas para atuar nos livros – ou seja, nas universidades

¹ Considerações do UOL. Disponível em <https://encurtador.com.br/qrX68>. Acesso: 15 Dezembro 2021.
Análise de Cabine Cultural. Disponível em <https://encurtador.com.br/qtAX2>. Acesso em 15 Dezembro 2021.

e meios de comunicação. Porém, Gramsci aparece em um momento impossível da história. Com imagens que aparentam ser dos anos 1960, o narrador aborda Maio de 1968, e alega que foi quando “o fundador do Partido Comunista italiano passa a escrever Os Cadernos do Cárcere”, apesar de Gramsci ter morrido em 1937 (BUZALAF, 2019, p. 05).

Estima-se aqui recorrer, ao menos em um caráter interpretativo e (re)contextualizado, as colocações de Rancière (2014) sobre a apresentação dos documentos e das narrativas sobre o passado. Em fato, não considerando o ofício do historiador, mas utilizando-se de uma de suas formas de produção narrativa sobre o passado, o documentário busca expressar certa legitimação acerca do que expressa sobre o passado. E não apenas expressa: traz à tona, testifica e legitima. Os ditos documentos secretos obtidos nos arquivos da StB vem para atestar um novo documento que permite a entrada de anônimos no universo dos falantes; as novas “descobertas” são, por si mesmas, expressas como o “próprio acontecimento”, constituintes de uma historicidade e memorialidade novas. Semelhante ao historiador descrito por Rancière (2014), são os entrevistados, os documentos, as imagens e as memórias que narram o passado que colocam-se em cena, expressando – em audiovisual – as novas narrativas que, segundo dizem, são bem mais do que narrativas: são o próprio passado, revisitado. Em uma (preocupante) releitura, o documentário apresenta o passado, pela força dos novos documentos e testemunhos que constituem uma “verdade” que são incapazes de, por si próprios, demonstrar: é a produção audiovisual de “1964: o Brasil entre armas e livros” que vai mostrá-la, colocando-a em cena numa narrativa coerente e, aparentemente, histórica.

Sobre os negacionismos e relativismos, que deslocam a narrativa do documentário de seu status revisionista, os exemplos são diversos:

- sobre a censura no período ditatorial no governo Médici, por Bernardo Kuster

“É engraçado porque as pessoas falam em regime militar, e da ditadura e da censura, mas a primeira coisa: todas as publicações da Teologia da Libertação foram feitas durante o regime militar. Por que ela surge durante os anos 70, fora do Brasil, escorre para todo Brasil e para as comunidades eclesiais de base durante os anos 70, pós-AI-5, contamina o Brasil inteiro e nada acontece? Que ditadura é essa? (...) Eu digo: que ditadura é essa, cara? Então, não há essa censura como se fosse uma censura geral.” (1964 -, 2019)

- sobre a relativização da censura nos espaços universitários, por Silvio Grimaldo

“Tinha repressão de vez em quando. A polícia entrava nas universidades, prendia um estudante ou um professor que estava ligado na guerrilha. Mas nunca houve um movimento de repressão violento nas universidades, de fecharem cursos, de proibirem publicação de livros etc. Isso nunca teve.” (1964 -, 2019)

- sobre um regime de “meia-ditadura”, por Lucas Berlanza

“Então existe uma força, embora ela não tenha o poder total, ela não exerça o poder

total, ela se sente no direito de obrar acima da Constituição. Então, você pode falar que há uma meio ditadura, vamos dizer assim, uma ditadura abstrata, uma ditadura eminente pairando sobre as regras. Então, essa ideia do terror da repressão era muito exagerada.” (1964 -, 2019)

Buzalaf (2019) argumenta que não existe argumento revisionista que se fundamente frente ao que propõe o documentário “1964: O Brasil entre armas e livros”. O filme mascara seu negacionismo, por exemplo, quando Olavo de Carvalho argumenta que o filme “dá voz a direita”, que não tinha espaço no âmbito cultural da Ditadura.

O filme histórico, segundo o historiador inglês Peter Burke, é um ato de interpretação. As imagens estão sempre ancoradas com o tempo de sua produção e, neste sentido, o filme 1964 – o Brasil entre armas e livros também reflete a necessidade de certos grupos alinhados a pensamentos conservadores registrarem narrativas que questionam e relativizam as atrocidades do período da ditadura brasileira, independentemente do rigor metodológico e científico que é constitutivo das abordagens historiográficas. É este o ponto que diferencia o revisionismo do negacionismo nas produções audiovisuais (BUZALAF, 2019, p. 10).

Para além do discurso mnêmico e/ou narrativo do passado que se impõe para o público que o assiste, reconhecendo a perspectiva de Rancière (2005, p. 57) acerca da potência do cinema documentário que se dedica ao “real”, assim como a força desse mecanismo na construção de um imaginário, os comentários públicos da mesma plataforma indicam a apropriação narrativa desse passado para a individualidade: o usuário “E. A.”, por exemplo, destaca que apenas hoje, aos seus setenta e sete anos de idade, observa um documentário que retrata com fidelidade tudo aquilo que ele mesmo viveu na época; “C. Z.” reflete que viveu tudo isso no período, e que hoje o Brasil está em boas mãos, visto seu atual presidente ter ligação com os militares e suas ideias; “M. S.”, dito acadêmico de História, também reflete seu apreço ao documentário, destacando que fará a exibição do mesmo para todos os seus alunos; “R. M.” aponta nunca ter aprendido História, apenas historiografia marxista; ou ainda, “L. N.”, que destaca a neutralidade e eficiência da narrativa, contemplando a informação do que realmente ocorreu no período militar, algo que nunca vai acontecer nas escolas². Em acréscimo, é nesse campo que inferimos análises que perpassam discussões teóricas: o documentário, enquanto construção narrativa de uma memória do passado, tal como as manifestações refletidas nos comentários públicos, podem representar a apropriação individual ou coletiva de um passado idealizado.

Nesse sentido, quais preocupações carregam tais usos, apropriações e (re) significações do passado para os historiadores e contexto atual? Em mesma medida, por que “alguns passados tendem a não passar”, resultando em constantes (re)visitações no tempo presente? Depois do destaque dado a receptividade e produção do documentário

² Os nomes completos dos perfis dos usuários foram suprimidos. O destaque fica para a abordagem das ideias apresentadas por eles. Todos os comentários são públicos e foram extraídos do link oficial do documentário no youtube. Disponível em <https://encurtador.com.br/gyALV>. Acesso em 15 Dezembro 2021.

“1964: O Brasil entre armas e livros”, bem como em relação as inferências anteriores, esboçaremos algumas considerações acerca do fazer historiográfico, das narrativas do passado e das memórias e sua recepção no presente.

No campo historiográfico, são inegáveis as contribuições que as discussões teóricas e metodológicas alcançaram a partir da consideração da centralidade da memória e das narrativas sobre o passado nas discussões e debates, fomentando reflexões que, mais especificamente, foram configurando um campo específico dentro da historiografia contemporânea. Não que as discussões tenham – de alguma forma – saído do escopo das preocupações que circundaram as bases epistemológicas da ciência histórica de tempos idos, mas observa-se o destaque de um referencial mais robusto, em especial a produção ocidental, a partir de meados do século XX, quando muitas das estruturas e certezas (sociais e) humanas estavam abaladas pelo findar da Segunda Guerra Mundial e pelos terrores do holocausto. Esses eventos levantaram reflexões intensas, pautadas no (re) pensar sobre quais legados, individuais e coletivos, o passado impunha, sublinhando no homem contemporâneo a urgência de compreender a memória com fins de reconhecimento de identidades, semelhanças e diferenças, para compreender a si e ao outro. O interesse pelos traumas (e também ressentimentos) daquele contexto contribuíram para emergir a importante noção de que os nossos sentimentos – e interpretações – assinalavam posições (individual ou coletivamente construídas sobre o passado) perante e sobre o mundo contemporâneo (BENTIVOGLIO; DURAN, 2013). E é nesse espaço, intimamente pessoal da memória – embora (re)orientado pela experiência coletiva dos indivíduos – que a incorporação da análise do passado, pelo historiador, tende a desafiar e acrescentar. O historiador, hoje muito questionado e desprestigiado em contextos diversos, é o profissional capaz de munir-se, como idealizado por Duby (1993, p. 109-110), de todas as possíveis falas sobre o que não apenas o fato, mas também o seu advento, é capaz de suscitar.

Pois é nisto que o acidente factual pode nos interessar, a nós historiadores das estruturas. O fato explode. Seu choque repercute no mais profundo, e cabe esperar que venha à tona, emanando na penumbra onde costuma estar encoberta, uma quantidade de fenômenos que não falamos em voz alta no decorrer habitual da vida. Ora, enquanto falamos, do fato, em muito ao ruído que fez e à insólita inflação do discurso, faz-se alusão a que ali há certas coisas tão simples e banais que ninguém pensa em notá-las e que por esse motivo nos escapam, a nós historiadores. Além disso, quando o fato é importante, fala-se dele, e o que a seu respeito se diz vai sendo aos poucos transformado, no complexo jogo a memória e do esquecimento. Tais modificações ainda são reveladoras, para nós, dessas forças obscuras que atuam sobre a memória ao longo das gerações (DUBY, 1993, p. 110).

A objetificação da memória e das narrativas do passado, com efeito, levam o historiador a duas mínimas percepções (e, por conseguinte, preocupações): de um lado as experiências individuais dos homens, suas relações e experiências – culturais, sociais, econômicas e demais interações pessoais com o mundo exterior – pautadas

nas possibilidades e na historicidade de seu tempo e espaço; e de outro a complexa rede de estruturas discursivas externalistas ao próprio ser, que perpassam, compõem, selecionam e constroem a(s) realidade(s) histórico-cultural(is) da sociedade onde este indivíduo está inserido. Nesse sentido, inferir análises às condições estruturantes das narrativas (de memória) e dos discursos sobre o passado possibilitam o revelar de micro e macro manifestações sobre as relações dos homens e suas experiências no tempo, e, logo, da própria dimensão histórica. Entendemos que as micro manifestações, reveladas nas experiências individuais dos homens, em um sentido que ultrapassa as percepções de Duby acerca da memória que não se enquadra em um período histórico particular, são consideravelmente dotadas da *capacidade* de (re)criarem interpretações singulares das relações do indivíduo com seu tempo e, portanto, (res)significarem as próprias experiências com a História, tal como as macro manifestações que, em termos gerais, se evidenciam em uma narrativa historiográfica mais ou menos compactuada pelos pares e/ou referenciais epistemológicos. Tais percepções, todavia, não resolvem a problemática de suas instâncias, ao passo de que, do ponto de vista epistemológico, “o indivíduo puro” não pode ser perfeitamente isolado. É a dificuldade de estabelecer a fronteira clara entre o que classificamos e observamos como “indivíduos” porque, nos contextos, eles se confundem. É a clara consideração dos elementos de alteridade que nos colocam a pensá-los relacionalmente, o que implica na admissão de que um indivíduo não é apreensível sem o outro, e que, por fim, não existe sem o outro. Em mesma medida nos deparamos com a problemática da própria sociedade, ao tentar analisar uma dita totalidade que perfaça uma “unidade dotada de sentido”. Portanto, aos historiadores é necessário, ao mesmo tempo em que desafiador, inferir certo nível inteligível acerca do que, com efeito, existe além do(s) indivíduo(s) e do “eu”, ao passo de que é grande a dificuldade em compreender o que ele(s) é (são) e em que medida se separa de quem o(s) evoca(m), dado que as chaves conceituais e afetivas que as constituem são incrivelmente diversas ao longo da história humana. Ainda nesse sentido, apontaremos, a seguir, elementos que constituem ao fazer historiográfico, frente aos outros discursos sobre o passado, caminhos e possibilidades.

A distinção entre história e memória, para Paul Ricoeur, não finda - em si mesma - as possibilidades de investigação da ciência histórica tomando como objeto a memória e outros discursos sobre o passado/tempo, sendo possível – guardadas as devidas considerações – algumas inserções dialógicas. Para Ricoeur, a História deve ser capaz de apontar outra representação do passado, para além daquela proposta pela memória (individual ou coletiva). Ela deveria ser crítica para frisar, coordenar e sintetizar as considerações sobre o passado, equacionando os pesos carregados pela(s) memória(s) ao mesmo passo em que os mensura e corrige. Como um *médico ou sacerdote da memória*, a ciência histórica deve ser capaz de analisar criticamente as situações traumáticas, tendenciosas e limítrofes (RICOEUR, 2007; LORIGA, 2009; BENTIVOGLIO; DURAN, 2013).

Nos últimos meses da história do Brasil, mais especificamente após a eleição

presidencial de 2018, temos observado diversos discursos entoados por figuras públicas da política nacional, ou também em espaços de divulgação de jornais e mídias alternativas, que parecem evocar determinadas memórias e colocações sobre o passado brasileiro que, em aspectos gerais, divergem ou minimizam o caráter científico e de validação das principais correntes historiográficas nacionais acerca da nossa própria história. Tais memórias, que se transferem para determinada coletividade por meio destas formas de discurso – principalmente do eleitorado, do porta-voz e/ou canal de informação –, contribuem para que seletivas e incompletas, para não dizer subjetivas e meramente íntimas, versões sobre o passado possam, na receptividade das experiências individuais da população, inculcar ou reforçar o espectro das memórias coletivas, corroborando para os atuais processos de “revisonismo histórico” ou, o ainda mais perigoso e destrutivo, negacionismo histórico. O contexto brasileiro atual produz certos elementos que, em uma primeira instância, podem parecer insignificantes, mas as proporções relacionadas às apropriações desses elementos são preocupantes: são discursos políticos, narrativas filmicas, reducionismos factuais, simplificações estratégicas que buscam silenciar e desprezar as bases epistemológicas do olhar e do trabalho do historiador, colocando até mesmo em cheque seu espaço de formação acadêmica e a relevância das humanidades dentro do espaço universitário. E se o presente é “incomodado” pela presença das coisas-do-mundo, reconhecemos aqui uma dentre as possíveis visibilidades dessas “presenças no presente”:

Essa dimensão política da comemoração foi acompanhada, no Ocidente, por uma transição mais generalizada da crença dominante no futuro da modernização para um investimento muito difundido no passado, através de ondas de nostalgia e moda retrô (HUYSSSEN, 2014, p. 139).

Discursos sobre o passado, produzidos no contexto brasileiro atual, articulam sombras de um passado que parecem se projetar em torno de um novo horizonte: o presente que parece se alargar, em perspectiva alinhada a Gumbrecht (2015), relaciona-se também com o passado e o futuro, marcando e/ou construindo presenças que organizam novas formas de relações e interpretações dos homens com seu tempo. Tal constituição remete a um novo cronótopo da vida globalizada do século XXI.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925 – 2017) dedicou grande parte de suas contribuições teóricas na composição e caracterização do contexto histórico que denominou “modernidade líquida”. Tal denominação é simbólica, ao passo que – em sua análise – a queda do muro de Berlim representou o (início do) fim de muitas das “certezas” que, desde o seu forjar no longínquo século XV, garantiam a “solidez” estrutural do mundo. A desintegração desse antigo modelo “sólido” de composição social, cultural e econômica resultaram, pós-Guerra Fria, na ausência de modelos e sistemas com configurações universalmente válidas, impactando a vida das pessoas e, com efeito, das gerações vindouras. A “modernidade líquida”, portanto, carrega na simbologia da “liquidez” as incertezas pelas quais os homens (re)orientam suas vidas, em uma onda

extremamente veloz e impactante de transformações em todas as áreas. Com o findar do (aparente positivo) fluxo natural de desenvolvimento tecnológico e supremacia da razão (a exemplo das tecnologias envolvidas nas bombas atômicas da Segunda Guerra Mundial e da(s) crise(s) da democracia), as indefinições e inseguranças modelam o comportamento humano, e nenhuma esfera – orgânica e inorgânica – do espectro social parece se sustentar e garantir-se inflexível. E os exemplos são variados: economia, trabalho, relacionamentos, política, amor, tecnologia, religião – tudo é modelado no (e para o) presente, gerido com a(s) incerteza(s) do amanhã. A unanimidade do “viver o presente” fez-se característico na esfera social e pessoal, em uma primeira instância (BAUMAN, 1999, 2001, 2003, 2004, 2007).

“E se a memória mais não fosse um produto da imaginação?”. A citação de Le Goff (1992, p. 427) sobre *André Breton*, em passagem do *Manifesto do Surrealismo*, parece ser interessante aporte para nossa discussão. Pensar a constituição não apenas das memórias, mas também de outras formas de discurso e narrativas sobre o passado, é necessário para inferir acerca de intencionalidades ou interesses em relação às presenças de passado que marcam o presente. O saudosismo, o sentimento de vivência de bons tempos e as boas lembranças do “passado narrado”, “revisitado” ou “negado”, porém, se chocam com as gerações que coexistem no atual regime de temporalidade, que podem negar ou reforçar narrativas, sendo tomadas como legítimas tal como, se não mais, a historiografia. A problemática é maior quando reconhecemos que, com o passar do tempo e continuidade desse cenário, os discursos daqueles que vivenciaram ou escreveram sobre o passado, podem ser silenciados pela força simbólica constitutiva de outras histórias sobre o passado, carentes de referencial epistemológico. Esses novos discursos, em uma perspectiva teórica que necessita de continuidade de análise, dão espaço para uma discussão aparentemente inédita: produzem memórias e narrativas sobre o passado não meramente contextualizadas no campo do tempo passado, vivido, rememorado, mas constituem memórias e passados igualmente relevantes no presente e carregadas para (possíveis) interpretações e expectativas futuras. Essa discussão demanda certa operação reflexiva e de elementar inferência, no que tange a sua inteligibilidade. O contexto brasileiro dos últimos anos fomentou discussões acerca dos aspectos positivos e/ou negativos da intervenção militar, refletindo em posições contrárias ou favoráveis ao período militar, nas diversas esferas. O período da Ditadura Militar é, recorrendo à perspectiva de Gumbrecht (2015), uma presença que marca e (re)orienta o presente. A seleção e divulgação pública de um seletivo passado por meio do documentário “1964: o Brasil entre armas e livros” também condiz com a atual conjuntura política e social do Brasil, que viu a eleição presidencial de um candidato conservador, com passado e ligações particularmente fortes com o exército e com formas de militarismo, evocando um elo com passado que se justificava ao presente e que se projetou como possibilidade futura. Com efeito, o princípio de legitimidade da utilidade e valoração do passado “revisado e/ou negado” no

presente nos leva ao (mínimo) levantamento hipotético de que o mesmo é organizando a partir de uma noção de expectativa, onde o presente não se justifica no mero diálogo interpretativo do passado coletivo, mas sim em sua ruptura, razão pela qual vislumbramos a consideração de estendê-lo também ao “advir” – conceitualmente situado no tempo futuro. É o pensar da memória em uma abordagem relacional e psicanalítica, conforme Gondar (2008), que pressupõe que o passado mnêmico, seja individual ou coletivizado, pode ser tanto evidentemente recordado quanto eficazmente reinventado. Isso nos levaria para um deslocamento, em primeira instância, do princípio dialógico do tempo para um passado que se presentifica, enquanto referencial de análise, e que também pode se especular como retorno, na projeção do futuro. Aí se apresenta o ineditismo: memória(s) e discurso(s) do passado que não se limita(m) apenas ao tempo vivido, recordado, enquadrado em um momento “que já se fora”; é uma construção sobre o tempo passado, que se presentifica e atribui valor de expectativa na modelagem do futuro, pautado em referenciais ou (re) construções acerca do passado.

A observação das presenças do passado que (re)orientam o presente também operam, em caráter dialógico, com as teorias baumanianas a partir da tradução póstuma – em língua portuguesa – da obra *Retrotopia* (2017). Ao apontar para a *volta ao passado na era da nostalgia*, Bauman destaca como a liquidez característica de nosso tempo histórico distanciou as relações entre o poder e a política, resultando em um modelo social pautado na ausência de referenciais e esperanças na felicidade vindoura, anteriormente estabelecidas em um futuro a ser construído e/ou alcançado. É o distanciamento da projeção de felicidade em um lugar idealizado no tempo futuro – como na utópica ilha de Thomas More – que contribui para a glorificação de tempos, práticas e projetos do tempo passado. É também nesse espectro de ideias e ideais do passado que os extremismos, como os nacionalismos exacerbados e o fechamento de fronteiras, recuperam espaços e se fixam nos referenciais coletivos (BAUMAN, 2017). Embora não trate especificamente das narrativas e memórias sobre o passado – ou de suas relações com as visões historiográficas –, as contribuições baumanianas em *Retrotopia* acrescem à nossa discussão, ao passo de que exemplificam de que forma os discursos, visões e narrativas do passado podem interpelar nas projeções humanas do próprio passado no tempo presente e futuro, corroborando para a percepção da resignificação e do deslocamento conceitual da(s) memória(s) – individual e coletiva – e narrativas sobre o passado no tempo presente.

Para os historiadores e para a historiografia, manifestamos a relevância do pensar nessa articulação de proposta de análise histórica, que ultrapassa a abordagem fenomenológica da mera narrativa do passado ao presente, partindo do pressuposto de que a recepção dessas memórias e narrativas reorientam a relação do indivíduo com o passado, problematizando o presente e deslocando a relação tempo-passado – muito característica das discussões historiográficas – para uma projeção de expectativa retornável no tempo-futuro. Em inferência, cabe-nos analisar a sua plausibilidade a partir da consideração de

que nenhum elemento recursivo das construções narrativas ou mnêmicas do passado – seja ela coletiva ou individual – é carregado de inocência ou neutralidade. Pelo contrário, é a partir da imparcialidade recursiva do indivíduo e do coletivo que endossamos as discussões desta pesquisa, que visa esboçar a existência de configurações inteligíveis. É o movimento, esboçado nos referenciais teóricos de Certeau (2012, p. 45), que leva a historiografia a lutar contra as fabulações, os mitos e as lendas da memória, mas que – acrescentamos – levam-nos a (re)visitar as (re)configurações do próprio objeto conceitual que é o passado. Ainda que memórias ou narrativas não reflitam contextos e determinismos históricos, cabe-nos, nesse sentido, considerar e problematizar a essência e os valores daquilo que Gagnebin (2006, p. 44) chama de “rastros”, ou seja: aquilo que, dentro da superficialidade e imparcialidade da receptividade dos homens e de suas memórias, reflete de tensão entre a presença e a ausência da História e do passado. Relação de presença e ausência que permeia unicamente os indivíduos no que tange sua(s) ações/reações, agregando reflexões no campo da ciência histórica.

Porque a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também fragilidade da memória e do rastro (GAGNEBIN, 2006, p. 44).

CONCLUSÕES

Discussões complementares fazem-se necessárias, com efeito, no analisar do possível deslocamento mítico, infundado, idealizado que tende a ser recursivamente característico da receptividade das narrativas sobre o passado, ao passo de que as experiências dos indivíduos no tempo, conceitualmente fragilizadas e carregadas de rastros individuais e/ou coletivos, não expressam a exatidão dos tempos idos: seja pelo campo sensível das experiências humanas, ou pelo princípio de historicidade dos homens, o passado pode projetar-se enquanto uma ilusão, não refletindo a exatidão das experiências e dos contextos históricos vividos e/ou existentes. (Quase como uma) Natural consequência, o deslocamento do passado projetado como expectativa de retorno no tempo-futuro gera uma dupla ilusão: a da rememoração do passado, que é (res)significado na experiência humana a partir de um referencial questionável de História e de historicidade; e a própria expectativa de retorno no tempo-futuro, que não se idealizará em nenhum alcançável (e possível) presente pois, ao pertencer ao tempo-passado fragilizado (e por que não fabricado?) do indivíduo, não se concretizará. É, em certa medida, o diálogo filosófico acerca da idealização da experiência do passado com aquilo que Badiou (2017) trata de “real-real” e de “real-imposição/imaginário”, a partir da experiência humana.

A angústia dos homens, tratada na base psicanalista, desvenda-se a partir do tratamento/enfrentamento do real (BADIOU, 2017, p. 14). E no cenário do tempo presente,

onde as angústias e incertezas se mostram aterrorizantes aos homens do tempo presente, os indivíduos idealizam (ou mais passivamente recebem) um imaginário sobre o passado, no qual estabelecem um “porto seguro”. A resignificação do passado, por consequência, também carrega as mesmas seguranças que podem deslocá-la para o tempo-futuro. Aqui a necessidade de novas inferências, frente a idealização de um passado-no-futuro que nunca se concretizará.

Para Badiou (2017, p. 22), o real se revela na ruína do semblante, do aparente... E se o presente ou futuro parecem agressivos, o passado se fortalece: para não significar o real – ou seja, a historicidade do tempo presente ou a visão do passado *tal como ele foi* – o passado se idealiza no regresso ao conforto do *útero*³, onde o ser humano se torna invencível e tomada por vida.

Outra inferência na abordagem diz respeito as dificuldades, e por vezes ausências de intencionalidades, do ato de rememoração e projeção do passado. Tal inteligibilidade, por sua vez, tende a exigir do historiador, dada a dimensão humana de experiência e de relação com o passado histórico. Badiou (2017), ao dialogar sobre as distinções entre o real e o semblante (significado aparente/idealizado do real), aponta elementos discutíveis que aqui se somam a nossa análise.

Através desses zigue-zagues, chegamos ao seguinte importante enunciado: todo acesso ao real é também sua divisão. Não existe o real que se trataria de depurar do que não é ele, e de maneira necessária, uma divisão, não apenas do real e do semblante, mas também do próprio real, visto que há um real do semblante (BADIOU, 2017, p. 24).

Ora, no movimento de rememoração ou recepção do passado encontramos a fugacidade das incertezas, dividindo espaço entre “o que é História” e o que é “construção”, ao passo de que a narrativa do passado se configura como um “elemento indissociavelmente real” para o indivíduo. É o reconhecimento de que “a máscara do passado”, pela qual interpreto o tempo-presente e projeto o tempo-futuro (tanto a mim, como ao outro), se constitui como um *real* originalmente individual, reforçando as seguranças e resultando em maior dificuldade de rompê-lo ou enxergá-lo (como *aparente*, como *semblante*, como *construção*).

Aqui crescemos e manifestamos a necessidade do ofício reflexivo do historiador que objetiva as narrativas do passado do/no tempo presente a partir de dois pressupostos – igualmente relevantes: “o real, nesse caso, é o que vem assombrar o semblante” (BADIOU, 2017, p. 22), tornando possível que a máxima, a lógica e a reflexão teórico-historigráfica questione tanto as narrativas sobre o passado como suas (res)significações; em mesma medida que sua investigação histórica compreende que “o real é sempre aquilo que se descobre ao preço de que, o semblante que nos subjugua, seja arrancado” (BADIOU, 2017, p. 27) nesse árduo processo de inferências e análises históricas dos pesquisadores que não

3 O termo *útero* faz parte da discussão de Bauman (2017), que cria a analogia do útero para representar um espaço de segurança e conforto, onde as responsabilidades e o encarar da realidade, pelo homem moderno, inexistem.

podem negar as resistências e o lugar estabelecido das novas formas de imposição narrativa sobre o passado. É também no campo multidisciplinar do historiador do tempo presente que a relação dialógica com as formas das artes, das composições e conceituações do campo da memória, das narrativas legitimadoras das ciências humanas, que as múltiplas (divergentes, convergentes ou inéditas) considerações sobre um mesmo objeto comum rendem frutos: o (re)pensar sobre os homens e suas relações (individuais e coletivas) com o passado e o tempo. E a advertência, aos desavisados historiadores que trabalham no campo do presente, é igualmente desafiadora: é em nosso mundo, afinal, que observamos a ampliação das formas de narrativa sobre o passado; é também em nosso mundo que “o semblante adquiriu tamanho vigor que cada um de nós pode viver, e desejar viver, como se estivesse a salvo de tudo aquilo que poderia ser um efeito real” (BADIOU, 2017, p. 44) na História, inferiorizando nossas responsabilidades e posicionamentos enquanto agentes sociais de transformação.

Ainda que nos debrucemos em uma perspectiva neoplatônica (eventualmente julgada como ambiciosa), a perspectiva de Badiou nos inscreve em discussões centradas em torno das outras narrativas sobre o passado que, com efeito, entrelaçam-nos à espaços pertinentes ao campo teórico e filosófico da própria História, na medida em que nosso “fazer historiográfico” reside no questionamento e no cruzamento dos objetos, fontes, e outras variáveis existentes nas relações entre os homens e o tempo. É, também, uma discussão especulativa de valor político, em torno da compreensão e contribuição da História, frente a outros discursos e saberes científicos da contemporaneidade.

O regime da atividade do historiador, ainda que inserido em uma performatividade da linguagem, deve reconhecer sua relação tênue e crítica com o “real”, na medida em que articula-se em expedientes precários e parciais. Produzimos, nesse contexto, relações a partir de conceitos de universalidade circunstanciais e instáveis, mas inegavelmente envolvidos em uma abordagem crítica e de inferências ao que, mesmo precariamente, se torna possível vislumbrar desse “real”. A diferença entre o discurso que o historiador profissional produz e aqueles que operam no regime de narrativas ou memórias do passado é que, para o primeiro, existe a obrigação profissional e metodológica de cruzar, ainda que de forma mais ou menos bruta, implicações autocríticas acerca dos próprios valores universais do sujeito com valores de outros sujeitos e de outras fontes inteligíveis, que se mostrem diferentes. Ainda que “não necessariamente falsos”, os discursos narrativos ou mnêmicos sobre o passado podem revelar o acesso a um “semblante” configurado em experiências radicalmente diferentes do conhecimento histórico. É por isso que elas precisam ser “contextualizadas” e costuradas em uma série documental rigorosamente inferida, visto que ilustram aspectos diferentes de um conjunto de experiências cuja pessoalidade se desloca do contexto histórico. Em uma perspectiva benjaminiana, não se trata de tentar reconstruir a história e o passado tal como eles foram, mas de reconhecer a responsabilidade ética com o passado e a função política e científica atrelada ao fazer historiográfico.

REFERÊNCIAS

BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido**. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENTIVOGLIO, Julio; DURAN, Maria Renata da Cruz. Paul Ricoeur e o lugar da memória na historiografia contemporânea. **Dimensões**, n. 30, p. 213-244, 2013.

BUZALAF, Márcia Neme. Revisionismo ou negacionismo? A Ditadura Civil-Militar no Filme “1964: O Brasil entre armas e livros (2019)”. In. 42º Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação. Belém/PA, 2019. **Anais do 42º Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belém: Intercom, 2019. p. 1 – 12.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

DUBY, Georges. **A história continua**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro. Zahar/UFRJ, 1993.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 7, n. 13, 2008.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Unesp, 2015.

HUYSEN, Andreas. A cultura da memória em um impasse: memoriais em Berlim e Nova York. In. HUYSEN, Andreas; RIBEIRO, Vera. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, práticas da memória. Contraponto, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In. GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da História**: ensaio de poética do saber. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Filme

BRASIL PARALELO. **1964**: O Brasil entre armas e livros. Produção: Brasil Paralelo. Brasil, 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg> . Acesso em: 15 Dezembro 2021 .

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arnaldo de Vilanova 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55

B

Brasil Império 1

C

Camboja 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64

Casamento gay 93

Cooperativização 56, 57, 62, 63, 64

Cultura escolar 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115

Cultura política 1

D

Direitos 38, 70, 74, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 121, 127, 134, 146, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 199, 213, 218, 245, 247, 248, 249, 252, 257

Doutrina reformista 46, 47, 51, 54, 55

E

Educação 25, 26, 28, 29, 37, 39, 40, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 76, 81, 91, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 132, 140, 145, 148, 151, 152, 154, 155, 157, 162, 163, 189, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 245, 247, 252, 256, 257, 259

Ensino integrado 67

Extensão 40, 60, 67, 83, 95, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 124, 197, 212, 213, 222

G

Garantias fundamentais 93, 95, 102

H

História 4, 10, 19, 25, 26, 27, 30, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 53, 54, 55, 56, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 104, 107, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 118, 121, 125, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 166, 167, 170, 171, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 189, 199, 200, 201, 202, 207, 210, 226, 227, 228, 231, 233, 234, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 253, 259

História da arte 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91

História indígena 134

Historiografia 60, 67, 68, 104, 107, 108, 115, 155, 169, 171, 172, 175, 176, 177, 180, 186, 226

Homossexuais 93, 94, 95, 97, 98, 100, 103

I

Identidade 17, 22, 71, 77, 93, 96, 99, 102, 108, 110, 111, 112, 134, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 150, 221, 236, 237, 240, 242, 243, 249

Igreja 17, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 103, 121, 183, 184, 187

Indissociabilidade entre ensino 104, 105, 107

K

Khmer vermelho 56, 57, 58, 62, 64, 65

L

Legislação 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 126, 131, 163, 191, 193, 195, 196, 215, 216, 250

Liberdade sexual 93, 102

M

Memória 17, 20, 42, 44, 55, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 134, 135, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 200, 222, 226, 233, 234, 238, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 253, 257

P

Partido Comunista do Kampuchea 56, 57, 58, 63

Pensamento mítico 80, 84, 85

Pernambuco 1, 2, 3, 6, 7, 9, 10, 34, 39, 41, 119, 120, 133, 134, 135, 137, 140, 145

Pesquisa 26, 27, 43, 45, 47, 67, 69, 74, 75, 77, 78, 80, 86, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 115, 125, 130, 140, 147, 149, 164, 177, 190, 202, 204, 205, 206, 212, 222, 226, 227, 229, 232, 233, 235, 247, 248

Política 1, 6, 13, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 94, 110, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 131, 132, 135, 142, 145, 151, 152, 166, 169, 174, 175, 176, 179, 180, 183, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 203, 206, 207, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 227, 237, 238, 241, 249, 250, 251, 252, 257

Pol Pot 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

Povo Pankará 134, 145

Práticas educativas 104, 107

R

Racionalismo 80, 84, 89

Regência 1, 6, 7, 212

Resistência 9, 35, 67, 68, 69, 73, 120, 122, 123, 131, 134, 135, 139, 145, 169, 191, 234, 243, 244, 251, 255, 256, 257

S

Sociedade 6, 18, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 39, 40, 51, 52, 54, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 74, 77, 82, 91, 93, 94, 95, 98, 101, 102, 106, 107, 109, 111, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 131, 144, 151, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 173, 187, 191, 198, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 232, 235, 240, 244, 249, 252, 255

Super Facto Adventus Antechristi 46

U

União estável 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101

V

Vênus de Willendorf 80, 85, 86, 87, 88

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

História e Política:

**Pensamentos
constitutivos
e críticos**



2

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br